



**INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH**  
**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**ARTIMIZA VIEIRA**

**ENSINO PÚBLICO NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO  
EDUCACIONAL NO SETOR BÁSICO ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2020**

**REDENÇÃO – CE**

**2022**

ARTIMIZA VIEIRA

**ENSINO PÚBLICO NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO  
EDUCACIONAL NO SETOR BÁSICO ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2020**

Projeto de pesquisa apresentado como trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janaina Campos Lobo

REDENÇÃO – CE

2022

ARTIMIZA VIEIRA

**ENSINO PÚBLICO NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO  
EDUCACIONAL NO SETOR BÁSICO ENTRE OS ANOS 2010 A 2020**

Projeto de pesquisa apresentado como trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Janaina Campos Lobo  
Orientadora

---

Profa. Dra. Joana Elisa Rower  
Professora examinadora

---

Profa. Ms. Peti Mama Gomes  
Professora examinador

Dedico este trabalho aos meus familiares e em especial ao meu falecido pai **Albino Vieira**, que sempre acreditava em mim e que sonhava em me ver em uma formação superior. Infelizmente, por motivos de força maior, não pode estar presente. Dedico também a minha querida mãe, **Maria Isabel Co**, por esforços e investimentos em mim durante todo o meu percurso acadêmico. Também dedico este trabalho aos meus queridos irmãos e amigos/as que sempre permaneceram ao meu lado me dando apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço ao senhor Deus por me concedido vida e saúde para a realização desse trabalho de pesquisa. De igual modo, dirijo uma especial gratidão a minha querida orientadora deste trabalho de pesquisa, professora doutora Janaina Campos Lobo, pela atenção na condução que possibilitou a concretização deste meu trabalho de conclusão de curso (TCC). Muito obrigada, querida professora. Em seguida, agradeço a todos os meus professores/as do curso que, graças aos seus ensinamentos, estão contribuindo muito para meu percurso acadêmico.

Agradeço a minha querida mãe, Maria Isabel Có, que sempre foi um pilar na minha vida e em todos os meus percursos, dando o seu melhor para me apoiar; me incentivando a nunca desistir e acreditando sempre em mim. À minha família que, mesmo distante, estão sempre me apoiando

Agradeço os meus irmãos mais velhos, Ivaristo Vieira e Danilson Vieira, pelo incentivo educacional, por apoios financeiros em todo o processo da documentação - até na compra da passagem para a minha vinda ao Brasil para cursar o ensino superior aqui UNILAB. Agradeço por terem sido um exemplo em minha vida, minha gratidão por todas as contribuições e suportes.

Agradeço a todos os meus queridos irmãos, Dalton Vieira, Florberto Vieira, Gerson Vieira e ao meu maninho Irondino Vieira. Sou muito grata a todos vocês por estarem sempre ao meu lado me apoiando, amo todos vocês.

Por último, de uma forma extensiva, agradeço a todos os meus amigos/as e conhecidos/as que de uma forma direta ou indireta contribuíram nessa minha trajetória de vida, hoje estou cá realizando um sonho, graças a todos os apoios que recebi.

Meus agradecimentos a todos/as!

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>08</b>
<b>3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>10</b>
<b>4 OBJETIVOS.....</b>	<b>13</b>
4.1 Objetivo geral .....	13
4.2 Objetivos específico .....	13
<b>5 HIPÓTESE .....</b>	<b>14</b>
<b>6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>15</b>
6.1 Abandono escolar .....	17
6.2 Ensino básico em Guiné-Bissau.....	18
6.3 Políticas para a mitigação dos problemas no ensino público básico...	19
<b>7. METODOLOGIA .....</b>	<b>22</b>
<b>8. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>

**RESUMO:** Este projeto de pesquisa visa analisar a situação do ensino público guineense. Busca analisar a situação educacional no setor básico, contando que o ensino público na Guiné-Bissau, nas últimas décadas, tem sido um problema grave, resultado de uma série de adversidades; o que dificulta os primeiros aprendizados adquiridos nos ciclos do ensino básico e que são fundamentais durante o percurso estudantil. Greves, precariedades, falta de investimentos (menos de 2% do produto interno bruto do país – PIB – é destinado para gastos com educação), escassez de recursos didáticos, desvalorização dos/as professores/as, ausência de legislações efetivas para o campo educacional são alguns dos problemas enfrentados nas escolas guineenses. Ainda, como resultado do empobrecimento do sistema de ensino do país, há um índice muito alto de evasão escolar, se tomamos como parâmetro as últimas décadas. Em vista disso, o Ministério da Educação apontou que as crianças fora da escola serão o alvo de uma política prioritária para os anos de 2017 a 2025. É a partir desse cenário de desafios para a educação guineense que este projeto de pesquisa objetiva, a partir de uma perspectiva qualitativa, analisar a situação educacional, para compreender como os diversos setores e agentes podem desenvolver um ensino básico que seja eficaz e que contribua para a erradicação de desigualdades e a construção de um horizonte de justiça social. Para isso, utilizaremos entrevistas com gestores, educadores e comunidade em geral para alcançar um entendimento sobre onde é possível avançar no setor básico educacional em Guiné-Bissau.

**Palavras-chave:** Educação. Ensino público básico. Guiné-Bissau. Precariedades.

**ABSTRACT:** This project aims to analyze the situation of Guinean public education. It seeks to analyze the educational situation in the basic sector, considering that public education in Guinea-Bissau, in recent decades, has been a serious problem, the result of a series of precariousness, which makes difficult the first learning acquired in the cycles of basic education and which are fundamental during the student journey. Strikes, precariousness, lack of investment (less than 2% of the country's gross domestic product – GDP - is earmarked for education spending), scarcity of teaching resources, devaluation of teachers, absence of effective legislation for the educational field are some of the problems faced in Guinean schools. Still, because of the impoverishment of the country's education system, there is a very high rate of school dropout, if we take the last decades as a parameter. In view of this, the Ministry of Education pointed out that out-of-school children will be the target of a priority policy for the years 2017 to 2025. It is from this scenario of challenges for Guinean education that this research project aims, from a qualitative perspective, analyze the educational situation, to understand how the different sectors and agents can develop a basic education that is effective and that contributes to the eradication of inequalities and the construction of a horizon of social justice. For this, we will use interviews with managers, educators and the community in general to reach an understanding of where it is possible to advance in the basic education sector in Guinea-Bissau.

**Keywords:** Education. Basic public education. Guinea Bissau. Precariousness.

## 1. INTRODUÇÃO:

O presente trabalho de pesquisa propõe-se a uma análise sobre o ensino público na Guiné-Bissau, a partir de um olhar para o setor básico, especificamente entre os anos de 2010 a 2020. O recorte temporal baseia-se na lei de base do sistema educativo da Guiné-Bissau que foi aprovado justamente no ano de 2010, e que a partir daí o processo educativo da Guiné-Bissau passa a ser dirigido por este mesmo instrumento jurídico que é a lei de base e com o objetivo geral de compreender, de forma qualitativa, os fatores e/ou as dificuldades que influenciam nas precariedades vivenciadas nesse setor, o qual tem observado índices cada vez mais elevados de evasão escolar. Como parte dessas fragilidades, cabe destacar que o educador guineense Samba Sané, em sua tese de doutorado (2019), apontou que a educação básica em Guiné-Bissau padece do entrecruzamento de diversos fatores:

Os principais constrangimentos na definição de uma efetiva política educativa em Guiné-Bissau têm a ver com suas fragilidades econômicas e políticas; a instabilidade política, ineficiência de recursos financeiros e infra-estruturais e a insuficiência de recursos humanos qualificados para sua execução, representa um grande desafio para a construção de um sistema educacional que responda pelas necessidades sociais e de desenvolvimento do país; a educação como um todo e o ensino básico em especial é dependente da ajuda financeira internacional para funcionar; a Guiné-Bissau não conseguiu, até o momento, implantar um sistema educacional, assim como uma proposta de ensino básico mais universal e que atenda critérios de qualidade social, devido às instabilidades políticas, sociais e econômicas, provocadas pelos recorrentes golpes de Estado e má-governança (SANÉ, 2019, p. 34).

O problema da precariedade no ensino público da Guiné-Bissau, de um modo específico no setor básico, na última década, é reflexo da combinação de muitos problemas, desde aspectos macroeconômicos e governança até aspectos das infraestruturas das unidades de ensino. Tais combinações resultam em um campo educacional em calamidade.

Porém, antes de seguir, devo apresentar, de modo resumido alguns dados sobre o país em questão. A Guiné-Bissau, portanto, é um país situado na costa ocidental da África. Possui fronteira com o Senegal, ao norte, e, a leste, com a república da Guiné-Conakry. O oeste e o sul são banhados pelo Oceano Atlântico.



Conta com uma dimensão territorial de 36.125 km<sup>2</sup> e com uma população estimada em quase 1.800,000 de habitantes, de acordo com o último senso realizado no ano de 2016. Também conta com uma parte insular, o arquipélago de Bijagós, com um complexo de mais de 80 ilhas. Geograficamente o país está dividido em oito regiões, mais o setor autônomo que é a capital, Bissau; sendo esta subdividida em 37 setores. Em termos de composição da população, Guiné-Bissau possui mais de trinta grupos étnicos. O país obteve a sua independência em 24 de setembro de 1973, depois de onze anos de luta para a libertação nacional.



Figura 1: Mapa da Guiné-Bissau. Retirado de:

[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia\\_guine.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_guine.pdf)

Sendo assim, este trabalho de pesquisa tem como finalidade promover análises sobre a situação do ensino básico público na Guiné-Bissau nas suas últimas décadas, além de objetivar estratégias que possam subsidiar melhorias. Cabe mencionar que o recorte temporal sugerido diz respeito, primeiramente, ao ano de 2010, década que marcou o decênio da realização da Conferência Mundial sobre a educação, a Conferência de Jomtien (que teve lugar na Tailândia, em 1990, e estabeleceu metas na área de educação para todos os países); até o ano de 2020, quando o mundo se viu confrontado com a pandemia de COVID-19, o que aprofundaria ainda mais os abismos de desigualdades sociais. Também compreende os anos que deveriam apontar resultados, de acordo com o previsto Plano Nacional de Ação/Educação para Todos (PNA/EPT), cuja versão final foi aprovada em 2003. De 2011 a 2015

deveríamos ver, portanto, a consolidação e avaliação dos resultados, preparação e lançamento do segundo PNA/EPT, com amplo desenvolvimento do setor educacional.

Importante mencionar que, em 2017, o documento plano setorial da educação na Guiné-Bissau enfatizava que:

À semelhança dos outros países em desenvolvimento, a Guiné-Bissau comprometeu-se a assegurar a todas as crianças uma educação de qualidade. Este compromisso foi retomado na lei de bases do sistema educativo e fez da educação um direito. Espera-se que a educação catalise a emergência do país, assegure a igualdade de acesso e o sucesso de todos, contribua para o desenvolvimento de cada cidadão, e apoie os esforços em matéria de democracia e de progresso social. (Documento & plano setorial da educação na Guiné-Bissau, 2017, p.08).

Entende-se, a partir dessa citação, que a Guiné-Bissau possui uma série de dispositivos que visam a melhoria do sistema educacional. Porém, tais medidas ainda não refletiram mudanças significativas e, é a partir desse cenário de fragilidades latentes, que esta pesquisa se insere.

## 2. JUSTIFICATIVA

Este projeto de pesquisa se apoia na necessidade de compreender as dificuldades enfrentadas no ensino público básico de Guiné-Bissau. Apesar de termos na Constituição, precisamente no art. 16, que a educação visa a formação do homem [e que] ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso, além de o Estado guineense considerar a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental, o que observamos é uma sistêmica precariedade no campo educacional do país:

Os textos sempre definiram o ensino básico como sendo universal, obrigatório e gratuito. Como sublinhou Kajsa Pehrsson, o ensino básico é visto como uma parte da política social do PAIGC, pelo que deveria ser obrigatório e laico. Efetivamente, estes princípios encontram-se plasmados na Constituição da República, nos documentos programáticos do então partido único no poder, como sejam o programa e as resoluções do III Congresso do PAIGC, mas também no novo sistema nacional de ensino (SNEF) adoptado em 1981. Todavia, na realidade, até aos nossos dias, a escola primária ainda não é obrigatória nem universal e só em 2001, com o ministro Geraldo Martins, se deu um passo rumo à instauração do princípio da gratuidade, mediante a supressão de propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula e frequência, e sobretudo pela distribuição gratuita de livros e material escolar aos alunos do ensino básico (Monteiro, 2005, p. 14).

Vê-se que, apesar de ser um direito fundamental, a educação ainda não é um *direito efetivado*, visto que ainda verificamos um nível muito elevado de precariedades no ensino público básico na Guiné-Bissau. Greves constantes por falta de não cumprimento salarial e outros entraves:

O parque escolar encontra-se em péssimas condições de funcionamento, falta de quase tudo para garantir um mínimo de sua funcionalidade, e os professores estão longe de ver seu trabalho reconhecido e recompensado, sobretudo os que lecionam no interior do país, cuja maioria está com seus ordenados atrasados há mais de um ano. Além do mais, a classe docente, se comparada com a de outras categorias

profissionais, é uma das mais penalizadas a que se exige do profissional mais empenho, muita dedicação e responsabilidade (SANÉ, 2018, p. 72).

Sendo assim, com esse nível de precariedade, fica difícil o cumprimento das metas de melhorias e da tarefa de erradicar o analfabetismo no país. Para combater essa precariedade que a educação do país se encontra, a qualidade da educação precisa ser melhorada, como aponta o Pascual Jorge Sampa (2015) no seu trabalho sobre desafios e possibilidades para uma educação de qualidade:

Melhoria de qualidade de qualquer que seja área precisa de esforços, precisa de investimentos, tanto financeiro como humano, e a colaboração de todas as partes envolvidas no processo. Tanto mais quando se fala da educação que é uma área chave para o crescimento e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de um país (SAMPA, 2015, p.04).

Vemos, portanto, que a situação da precariedade do ensino básico público no país precisa de investimentos. Nesse sentido, este projeto de pesquisa busca contribuir, no aspecto humano e científico, para trazer dados qualitativos sobre as dificuldades que teremos que enfrentar para a melhoria do sistema educacional. A UNILAB, como parte de um projeto que busca o intercâmbio de saberes e vivências entre países que compõem a CPLP, será a instituição que me permitirá lançar perspectivas inovadoras sobre a educação básica em Guiné-Bissau.

Por fim, admito que o que me motivou na escolha dessa temática são experiências próprias que eu vivi nas escolas públicas do ensino básico da Guiné-Bissau, onde eu fiz os dois ciclos. Nessa época, enfrentei muitas dificuldades, começando nas paralisações das aulas, em virtude de greves; e com os cancelamentos das aulas por causa das chuvas, porque as escolas, em sua maioria, não têm condições estruturais para funcionar adequadamente. Tais situações inviabilizavam meu aprendizado, afetavam minha vontade de continuar estudando e dificultavam a compreensão do pouco que aprendia. Estudei na escola Congresso de Cassacá, no Bairro Cintra, em Bissau, cujas paredes eram feitas de folhas de bambu e/ou folhas de coqueiro. As condições, tanto estruturais quanto em termos de ensino-aprendizagem, eram difíceis.

A partir dessa experiência, gostaria de contribuir para que as escolas do ensino básico de Guiné-Bissau possam oferecer um ensino de qualidade, em todos os aspectos. Este projeto de pesquisa aspira em oferecer alguma contribuição.

### 3. DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA

O presente trabalho de pesquisa objetiva, em primeiro lugar, identificar e analisar os problemas e as dificuldades que vários cidadãos guineenses aludem terem enfrentado durante o ensino básico nas escolas públicas da Guiné-Bissau. Para além desse propósito, buscarei identificar quais as políticas públicas que foram e são desenvolvidas para mitigar as dificuldades referidas, especialmente no que tange a década de 2010 a 2020.

As principais questões que conduzem este trabalho de pesquisa fundamentam-se na latente precariedade do setor educacional. Especialmente as dificuldades e os problemas encontrados no ensino básico da Guiné-Bissau.

Até hoje, mais de 40 anos após a independência, já tomaram posse 36 ministros da educação na Guiné-Bissau; as taxas de escolarização são as mais baixas do conjunto de países da África Ocidental; a taxa líquida de escolarização do 1o ao 6o ano de escolaridade é de 67%; e há ausência generalizada de manuais escolares. Os professores em exercício são essencialmente do sexo masculino, com um elevado número sem formação pedagógica inicial e falta de acesso à formação contínua (REHDER; SILVA, MONTEIRO, 2018, p. 968).

Poderíamos elencar, rapidamente, os aprendizados insuficientes da escrita, leituras, linguagens e, principalmente, nas explorações (interpretações) textuais. Sabe-se que os primeiros anos de aprendizagem formal são fundamentais para o desenvolvimento dos indivíduos. Entretanto, esses problemas e dificuldades são frequentes e, dentre uma série de fatores, poderíamos citar as constantes paralizações (greves) que ocorrem nas escolas de ensino público da Guiné-Bissau. Tal situação, por exemplo, não permite o término do ano letivo, ou seja, o funcionamento integral das aulas do ano letivo. Ainda, podemos ressaltar também a falta dos materiais didáticos adequados:

Um outro elemento muito preocupante e que explica em parte a fraca qualidade da educação: os docentes em si não têm o domínio daquilo que ensinam. À um nível correspondente ao 5º ano de primária, os docentes não conseguem responder a um

quarto das questões de português e acerca da metade das questões de matemática vindas do programa escolar de seus alunos (Relatório Unesco Guiné-Bissau 2016, pág. 2).

Tomando o Relatório Unesco sobre Guiné-Bissau, produzido em 2016, percebemos o estado em que se encontra a educação na Guiné-Bissau. O funcionamento das aulas nas escolas de ensino público tem sido um grande problema, principalmente para o ensino básico, que é marcado por uma precariedade dos professores, os quais recebem salários baixos e muitas vezes atrasados. Esse desinvestimento é mais um dos problemas que causam as dificuldades no ensino básico. Desvalorização profissional, salários módicos e, ainda, o não cumprimento salarial por parte dos órgãos responsáveis faz com que muitas escolas do ensino básico possuam como professores aqueles que não têm ensino superior na área da educação. Ou seja, muitas vezes o profissional que atua no ensino básico na Guiné-Bissau são jovens que só têm o ensino fundamental concluído. Tais contratações são levadas a cabo para suprirem os buracos vazios deixados pela falta de professores especializados. As aulas e todo o ensino-aprendizagem são prejudicados e isso reflete no indivíduo durante os anos subsequentes: dificuldades nas escritas, nas leituras, nas produções textuais, como também nas linguagens.

De acordo com o artigo “Os desafios da educação na Guiné-Bissau” da Revista Temas em Educação (2018), vemos que “como já é referido o ensino público na Guiné-Bissau é marcado por carências em todos os seus níveis. O parque escolar encontra-se em péssimas condições de funcionamento, falta de quase tudo para garantir um mínimo de sua funcionalidade” (p. 72). Nota-se, portanto, que há uma preocupação com o agravamento nos setores do ensino público da Guiné-Bissau, os quais reivindicam uma intervenção rápida dos principais órgãos responsáveis do setor educacional, de modo a mitigar as situações precárias das escolas públicas.

O relato sobre o fraco desempenho dos estudantes no ensino superior na Guiné-Bissau: a herança do ensino básico, da revista FNSA, defende que “o pensar refletivo e crítico não devem iniciar apenas a partir do ingresso do estudante no ensino superior, eles devem ser o pressuposto de todo o processo de socialização escolar que começa desde o ensino básico ao superior” (Barreto 2014, p.19). Dessa forma, é de suma importância que todo esse processo da socialização escolar seja fortemente realizado no ensino básico, pois certamente é a primeira etapa do aprendizado de um

indivíduo. O ensino básico é onde, inicialmente, o aluno aprende as explorações textuais e as produções dos saberes, portanto com as dificuldades existentes no ensino básico da Guiné-Bissau, que provêm principalmente das sucessivas paralizações e negligências diversas, reflete nos fracos desempenhos, ou seja, nas dificuldades relatadas por estudantes guineenses quando da entrada no ensino superior.

Com isso o documento da UNICEF da declaração mundial sobre educação para todos (conferência de Jomtien 1990) no seu artigo 1 enfatiza que:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. (Declaração mundial sobre educação para todos (conferência de Jomtien) Tailândia. Março, 1990, p. 02).

Dando continuidade às questões norteadoras deste trabalho de pesquisa temos as seguintes: quais os problemas e as dificuldades vigentes no ensino básico nas escolas públicas da Guiné-Bissau? Quais as políticas desenvolvidas para amparar as dificuldades de vários cidadãos guineenses neste setor de ensino nos respectivos anos de 2010/2020? Como poderíamos minorar tais dificuldades? Quais estratégias e planos de ação mais efetivos?

Com o objetivo de responder a estes questionamentos, buscaremos trabalhar com os procedimentos de análise da pesquisa qualitativa, com o auxílio de vários documentos e relatórios já produzidos por diversas agências de pesquisa, as quais trabalham esse tema. O objetivo, nesse sentido, é reunir um conjunto de informações que possam indicar alternativas eficazes para diminuir e aprimorar, de forma efetiva, o sistema público de ensino-aprendizagem, no setor básico, em Guiné-Bissau, e posteriormente iremos trabalhar o nosso projeto com um conjunto de universo que



possuem características de acordo ou seja baseado na nossa temática, nesse sentido vamos trabalhar com 3 crianças e adolescentes que ainda se encontram nos níveis do ensino básico, com 5 diretores (reitor) desse estabelecimento do ensino e por último com 5 pais ou encarregados da educação das pessoas que frequentam o ensino básico e 2 pessoas adultos de gêneros diferentes que já frequentavam ensino básico nas escolas públicas da Guiné-Bissau.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 Objetivo geral**

Analisar os fatores, debilidades e dificuldades que influenciam o sistema educacional público na Guiné-Bissau, com ênfase no ensino básico, entre os anos de 2010-2020.

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Especificar, descrever e analisar os problemas que dificultam os cidadãos guineenses ao acesso pleno ao ensino básico nas escolas públicas da Guiné-Bissau;
- Identificar quais as estratégias desenvolvidas pelas escolas de ensino básico para reverter as dificuldades no campo educacional em Guiné-Bissau;
- Explicar como a formação insuficiente no ensino básico pode acarretar prejuízos aos indivíduos em todo o processo de ensino-aprendizagem subsequentes;
- Formular um plano de ação que possa contribuir com a melhoria da situação do ensino básico em Guiné-Bissau, partindo das especificidades e necessidades deste país.

## 5 HIPÓTESE

Partindo da conjuntura fundamentada em índices, relatórios e documentos produzidos por diversas entidades educacionais, temos que as aulas do ensino básico nas escolas públicas da Guiné-Bissau, entre os anos de 2010-2020, foram frágeis e disso decorre o agravamento de problemas sociais, os quais se revelam cada vez mais por conta de muitas crianças e adolescentes guineenses analfabetos ou mesmo com uma aprendizagem não satisfatória:

As taxas de conclusão diminuem a cada nível educativo na Guiné-Bissau. Em média 27 por cento das crianças concluem os primeiros ciclos do ensino básico (1o e 2o), 17 por cento o último ciclo (3o ciclo) e apenas 11 por cento o nível secundário. Para além das baixas taxas de conclusão, há fortes desigualdades no país, sobretudo ligadas ao nível de riqueza dos agregados familiares, local de residência, género e etnia das crianças. A cada nível de educação, as taxas de conclusão são mais elevadas para crianças que vivem no meio urbano, com famílias mais ricas e para algumas etnias em particular (Folha de dados da educação da Guiné-Bissau, 2021, p. 7).

Dessa forma, como os índices de analfabetismo são consideráveis<sup>1</sup>, deduzo que a sociedade guineense está enfrentando um grande problema social, educacional, cujas consequências não foram ainda corretamente analisadas e muito pouco mencionadas. Este projeto de pesquisa se ampara e se incluem para compreender e atuar em tais déficits, de modo qualitativo e propor melhorias para o ensino público básico.

---

<sup>1</sup> Na Guiné-Bissau, segundo o último recenseamento geral da população e habitação de 2009, 62,1% das mulheres não sabiam ler. Entre os homens a taxa de analfabetismo era de 34,8%.

## 6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a finalidade de ressaltar um fundamento teórico com base na compreensão da temática, traremos alguns levantamentos bibliográficos, documentais e relatórios que abordaram os conceitos ligados a este trabalho de pesquisa.

Nesse primeiro momento estabeleceremos o conceito do ensino público na Guiné-Bissau, com o recorte temporal apontado (2010 a 2020) e com ênfase no Ministério da Educação, uma vez que é o principal órgão responsável do setor educacional do país. No segundo tópico abordaremos, de modo específico, os problemas que afetam o setor público guineense, como também os problemas sociais provenientes do abandono escolar no setor básico. Por último, abordaremos sobre a possibilidade de implementação de políticas eficazes que podem ser incluídas no ensino básico, de modo a mitigar os problemas que afetam o sistema do setor referido.

A avaliação do ensino público na Guiné-Bissau, desde os meados de 2010 até 2020, designa-se por precariedade frente às necessidades populacionais, tendo em conta os fracos investimentos orçamentários que são destinados a este setor. O ensino público guineense recebe fracos orçamentos por parte do seu governo (menos de 2% do produto interno bruto do país – PIB – é destinado para gastos com educação), e tal situação não atende todas as necessidades deste setor. Cabe ressaltar que a precariedade atinge mais o interior do país, pois são as partes com ainda menos investimentos.

Da parte do governo, vê-se que a precariedade é devido aos poucos investimentos despejados nos setores da educação. Construção de escolas, arranjos dos materiais didáticos e o pagamento dos salários aos professores são afetados. Como pontua a escritora Maria Odete Da Costa Semedo no seu texto Educação como Direito:

A educação como direito. Isso porque não se pode falar do direito à educação sem antes situar o ambiente e as condições em que decorre essa educação que se quer como direito. Assim, na Guiné-Bissau, a falta de recursos apresenta-se para a educação como um dos grandes entraves ao seu

desenvolvimento e sustentabilidade, tornando incerto o aperfeiçoamento do sistema educativo, porquanto o recurso afeto à educação, no Orçamento Geral do Estado, vem baixando fortemente de ano para ano, sendo que entre 1987 e 1995 baixou de 15% para 10%, e na previsão feita para 2006 est- em 7,5%. Esta proporção equivale a 0.9% do PIB, comparado com a média na África subsaariana que é de 4% do PIB, no mesmo período (entre 1987/95). (SEMEDO, 2011, p. 2).

Referente à citação acima, nota-se um dos fatores dos entraves do sistema educacional guineense, os quais perduram. A análise acima centra-se nas décadas de 80 e 90, porém o que observamos é o agravamento de tais índices.

Conforme já citado, essas dificuldades atingem severamente mais os setores de ensino localizados no interior do país, pois são as zonas com menos investimentos para a construção das escolas, de recebimento de materiais didáticos e com professores que, muitas vezes, não conseguem atender a todas as turmas.

Assim, de um modo geral, os problemas que afetam o setor do ensino público guineense ao longo dos anos estabelecidos neste projeto, 2010 a 2020, são reflexos de poucos investimentos, algo que se tornou sistêmico em Guiné-Bissau e que nada mais é que um transcurso de pouco zelo com a educação. Obviamente, como referimos, isso é histórico e excede os anos que serão analisados neste estudo. As greves, ou melhor, as paralizações das aulas, são frequentes, a exemplo do que podemos ver nesta matéria, de 17 de março de 2021:

GUINÉ-BISSAU

### Guiné-Bissau: Greves põem em causa futuro do ano letivo

Braço de ferro entre o Governo e professores grevistas coloca o ano letivo na indefinição. Sindicatos prometem continuar com reivindicações, enquanto encarregados da educação exigem do Governo o cumprimento dos acordos.



Fonte: <https://www.dw.com>. Acessado em 08 de junho de 2022.

E a partir dessa precariedade e do não cumprimento salarial por parte dos órgãos responsáveis temos greves e a consequente suspensão das aulas. Essas paralizações afetam o aprendizado dos alunos porque interrompe o ritmo das aulas, ou seja, prejudica todo o processo de ensino-aprendizagem.

### **6.1. Abandono Escolar**

Em meados das últimas décadas os problemas que mais provocam evasão escolar, principalmente no setor básico, provêm do fator da repetência (reprovação) como também da demora as crianças entrarem nas escolas.

Desse modo, o documento relatório do Unesco (2016) sobre o sistema educativo na Guiné-Bissau descreve que:

Três razões explicam particularmente os abandonos no decorrer dos estudos: uma entrada à escola tardia (as crianças em Guiné-Bissau têm em média 4 anos de atraso em relação a idade oficial), uma prática muito elevada de repetição (mais de 20 % na primária) e a raridade da quantidade de escolas que propõem um ciclo completo de 6 anos de estudos primários (somente 25 % das escolas). Este último ponto é sintomático da falta de infraestruturas no país: a metade das crianças de Guiné-Bissau estuda em escolas que não propõem os 6 anos de primária. Por outras palavras, uma criança sobre duas que começa a escola num estabelecimento não terminará ali a sua escolaridade primária (Relatório Unesco, 2016, p. 2).

Isso faz com que entendamos parte das razões que levam à evasão escolar em Guiné-Bissau. Ainda, Benavente traz uma explanação sobre abandono escolar:

O abandono escolar uma situação extrema de desigualdade entre os que vivem curtos percursos escolares, fracassam e abandonam e os que obtém sucesso certificado e vivem longos percursos académicos, com as respetivas consequências pessoais e sociais do saber e dos títulos. Enquanto manifestação das desigualdades, o abandono aparece com a escola obrigatória e conhece diversas formas e razões segundo a extensão dessa obrigatoriedade e segundo o momento em que a ocorre (Benavente, et al, 1994, p.12).

Referente à colocação acima, no caso da Guiné-Bissau, muitas crianças e adolescentes são postos para ajudarem as suas respectivas famílias que vivem com uma certa dificuldade econômica. Nesse sentido, a escola – com todas as dificuldades – não consegue ser um lugar de abrigo, mas torna-se um lugar expulsivo, pois não agrega as múltiplas necessidades de crianças e adolescentes.

## **6.2. Ensino Básico na Guiné-Bissau**

O ensino básico na Guiné-Bissau, como foi definido e oficializado na lei de base do sistema educativo da Guiné-Bissau de 2010, é estendido em seis anos e é dividido em dois ciclos e/ou dois períodos.

O primeiro ciclo é de quatro anos que começa da primeira classe (série) e vai até a quarta classe (série); e é a fase em que mais basicamente a criança aprende sobre escrever, ler e - conseqüentemente - desenvolver as suas capacidades de interpretações textuais e linguísticas. O segundo ciclo começa de quinta classe (série) e vai até a sexta classe (série). Nesta fase do segundo ciclo, as crianças desenvolvem mais as suas competências aprendidas no decorrer do primeiro ciclo que irão acompanhá-los durante a escolarização subsequente, como podemos ver na revista temas em educação (2018) sobre os desafios da educação na Guiné-Bissau que:

O ensino básico foi estendido para seis anos, divididos em dois períodos - um, de quatro anos, e outro, de dois. Concluído o ensino básico, havia a possibilidade de escolher o ensino secundário ou uma formação profissional que podia ser: professor para o ensino básico elementar, auxiliar de enfermagem e técnico básico nas áreas de agricultura, construção civil indústria etc (SANE, 2018, p. 61).

Vê-se nessa citação acima que, ao frequentar e terminar essa fase do ensino básico, o indivíduo tem na mão duas opções: escolher a continuidade com o ensino secundário (fundamental) ou fazer uma formação profissional técnica. Porém, tendo em conta os grandes desafios provocados por greves e outras dificuldades que esse setor enfrenta, acaba pondo em causa uma das opções, que é dar sequência aos estudos. Assim, muitos alunos não conseguem prosseguir, pois não têm condições de atender às exigências das fases subsequentes.

Além de todos esses obstáculos que os alunos enfrentam, devido a incompletude dos conteúdos, dificuldades de transmissão de conhecimentos por parte de professores menos preparados ou não preparados para a docência, estruturas escolares inadequadas, em alguns casos, situação familiar conturbada pelas crises etc., o próprio sistema educativo nacional está muito deficiente no ensino técnico profissional. Existem poucas escolas técnicas e, as poucas que existem, estão concentradas nos centros urbanos. As suas capacidades de absorção são muito limitadas. Pois são pagas e as propinas são elevadas. Isso contribui também para o distanciamento da opção profissional depois do segundo ciclo.

Porém, vale ressaltar de que já tem casos em que está sendo verificado na prática a unificação do terceiro ciclo no ensino básico que é a parte do ensino secundário (fundamental) e já tem alguns autores e documentos que já destacam sobre esse terceiro ciclo, que é a fase mais desenvolvida do aluno porque já se encontra em outro aspecto de aprendizagem e com o maior nível da compreensão e estruturação dos conteúdos abordados durante a aula. Como aponta no documento do Plano Setorial da Educação (2017-2025) que aborda sobre a progressão dos ciclos do ensino básico incluindo o terceiro ciclo, de que:

Apesar dos progressos registados no decurso da década precedente, que permitiram melhorar a cobertura dos diferentes ciclos de ensino básico (TBE de 143% para o 1º ciclo, 76% para o 2º ciclo e 61% para o 3º ciclo), a conclusão dos dois primeiros ciclos do ensino básico degradou-se, passando de 64% em 2010 para 59% em 2013. O exame do percurso escolar de uma geração, mostra que 23% das crianças não chegam a entrar na escola e 18% das que entram, abandonam o ensino antes do 6º ano. Em consequência, o país está ainda longe de atingir o objetivo da escolarização básica universal. (Documento plano setorial da educação. 2017-2025, p.09).

Refletindo sobre a citação acima, observamos como se encontra a situação do ensino público na Guiné-Bissau. Os ciclos do ensino básico ainda se encontram em estado de degradação em termos de aprendizados e, infelizmente, o país ainda está longe de atingir o objetivo da escolarização básica bem estruturada.



### 6.3. Política para a mitigação dos problemas no ensino público

Antes de iniciar a abordagem sobre esse tópico, farei uma breve contextualização de como era, ou seja, como funcionava essa política (autogestão) antes do recorte temporal estabelecido nesse trabalho de pesquisa.

As escolas de autogestão sempre foram escolas estatais que funcionavam no modo da parceria do Estado da Guiné-Bissau com a Igreja Católica, bem como com as comunidades locais, com o objetivo de fazer com que todas as crianças e adolescentes, cujos familiares não tinham condições para pagarem as mensalidades pudessem ter acesso à educação (escola).

Nesse sentido, de acordo com a Catarina Lopes no seu trabalho sobre participações das populações locais no desenvolvimento da educação, 2017, pag. 55):

Segundo o Anteprojeto de Estatutos das Escolas de Autogestão a nível da diocese (27 de setembro de 2001), as escolas de autogestão são escolas estatais que funcionam em parceria com a comunidade local e as Dioceses de Bissau e de Bafatá. «Visam proporcionar educação e formação académica às crianças, adolescentes e jovens e fazer com que a educação seja uma responsabilidade de todos. Para tanto, as atividades são realizadas mediante um processo de consciencialização e de co-responsabilidade do Ministério da Educação Nacional, Diocese, comunidade escolar e corpo docente»<sup>194</sup>. (Lopes, 2017, pag.55).

No decorrer de toda essa conjuntura das paralizações, uma das opções que foram levadas a cabo para tentar salvar os anos letivos das sucessivas greves nas escolas públicas é autogestão. Trata-se de um sistema que foi incluído em algumas das escolas públicas da Guiné-Bissau com a finalidade de minimizar os problemas das greves, o que significa que antes era acordo do Estado com a Igreja Católica e, agora, passa a ser um acordo entre a escola e os pais ou encarregados dos alunos que devem contribuir mensalmente para que os seus filhos possam estudar o ano letivo completo, sem a interrupção das greves. Porém, ainda assim essas escolas continuam sob o controle do Estado e Ministério da Educação.

Com base a isso, podemos ver no relatório da UNESCO (2016) que relata sobre o sistema educativo na Guiné-Bissau de que:

Em 2013, o Estado gastava em média 18000 Fcfa por criança escolarizada (menos de 40 dólares), um nível insuficiente para dispensar um docente de base de qualidade para todas as crianças. Nestas condições, as famílias devem financiar com seus próprios meios a educação de suas crianças. Em média, a contribuição das famílias é superior àquela depositada pelo Estado, a mesma é equivalente à 63 % das despesas totais de educação, um valor bem superior ao que é observado algures em África (24 %). (Relatório & Unesco 2016, p. 1).

Referente à citação acima, percebe-se que a causa da implementação do sistema de autogestão é devido ao investimento insuficiente do Estado em escolas públicas do país e, em razão disso, os familiares para tentar evitar os problemas que podem afetar o aprendizado dos seus filhos e que podem ter consequências futuras, acabam por se responsabilizar pelo que deveria ser fornecido pelo Estado.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa busca, de modo qualitativo, compreender quais dificuldades a educação básica de Guiné-Bissau tem enfrentado, com ênfase nos anos de 2010 a 2020. Para isso, desenvolverei uma pesquisa que visa, em um primeiro momento, análise dos documentos produzidos sobre o sistema educacional. Porém, antes de detalhar tais procedimentos metodológicos, refiro que a opção pela perspectiva qualitativa, em detrimento da construção de índices e mensurações quantitativas, se deve ao fato que essa abordagem pode nos ajudar a estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real, além de representar as opiniões e perspectivas, a partir do contexto e nos possibilitar o uso de *múltiplas fontes de evidência* (Yin, 2016). Desse modo, a pesquisa qualitativa afirma “a vinculação da investigação com os problemas ético-políticos e sociais, declaram-se comprometidos com a prática, com a emancipação humana e a transformação social” (CHIZOTTI, 2006, p. 53).

Estamos falando de uma abordagem que pluraliza as esferas de vida (Flick, 2004), pois:

Não existe uma única forma de pensamento qualitativo, mas uma enorme coleção de formas: ele é interpretativo, baseado em experiências, situacional e humanístico. Cada pesquisador fará isso de maneira diferente, mas quase todos trabalharão muito na interpretação. Eles tentarão transformar parte da história em termos experienciais. Eles mostrarão a complexidade do histórico e tratarão os indivíduos como únicos, mesmo que de modos parecidos com outros indivíduos (STAKE, 2011, 41).

Ainda, para a realização deste trabalho, o uso da pesquisa documental será uma das abordagens essenciais, visto que por meio deste método é possível obter vários conteúdos relevantes e já produzidos por outrem, o que pode viabilizar uma amplitude de informações acerca do tema. Podemos ver como Gil (2002) explica que:

Como já foi visto, a pesquisa documental muito se assemelha à pesquisa bibliográfica. Logo, as fases do desenvolvimento de ambas, em boa parte dos casos, são as mesmas. Entretanto, há pesquisas elaboradas com base em documentos, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem-se de maneira significativamente diversa. É o caso das pesquisas elaboradas mediante documentos de natureza quantitativa, bem como

daquelas que se valem das técnicas de análise de conteúdo. (GIL, 2002, p. 87).

Utilizarei também como a técnica a entrevista semiestruturada. Tal escolha diz respeito ao fato que esse formato de entrevista atende e facilita as premissas postas nos objetivos desta pesquisa. Ainda, a opção da escolha pelo formato semiestruturado também foi baseado no estilo, o qual contém uma entrevista de caráter mais exploratório e com mais facilidade na compreensão, porque durante a aplicação da entrevista podemos ter o contato de face a face (sempre respeitando os protocolos sanitários e cuidados com a COVID-19) com os entrevistados e, assim, oportuniza que os interlocutores estejam livres para falar sobre as questões colocadas. Cabe mencionar que a pesquisa será conduzida com todos os agentes envolvidos no ensino básico, o que concorre em dizer que entrevistarei professores, pais/responsáveis dos estudantes, gestores e aqueles envolvidos com políticas educacionais. O recorte ainda não foi estabelecido, mas me concentrarei em regiões urbanas e não-urbanas, de modo a ter uma dimensão da situação educacional em todos os setores:

As entrevistas mais comumente utilizadas nas pesquisas qualitativas são as semi-estruturadas e as não-estruturadas. A opção por uma delas está relacionada com o nível de diretividade que o pesquisador pretende seguir, variando desde a entrevista na qual o entrevistador introduz o tema da pesquisa e deixa o entrevistado livre para discorrer sobre o mesmo, fazendo apenas interferências pontuais. (GONDIM; FRASER, 2004, p. 144).

Em seguida, posteriormente, trabalharei a opção metodológica da pesquisa-ação, que é uma técnica que se refere à coleta de dados em base empírica. Também é uma técnica que permite ao pesquisador ter um papel ativo e uma autorreflexão baseada em coletividade para a resolução para a resolução dos problemas a ser pesquisado e, portanto, obter um resultado eficaz e satisfatório, desse modo CHIZZOTTI (2006) enfatiza que:

A pesquisa-ação pressupõe diversas fases espirais. Inicia-se com o planejamento ou projeto a partir da ideia global de uma situação problema ou de um objetivo desejável que se quer alcançar. A delimitação do objetivo e o meio de alcançá-lo nem sempre são muito claros; é necessário, pois, examiná-los à luz dos meios disponíveis e buscar maiores informações sobre o problema que se quer resolver ou sobre o objetivo que se pretende atingir, para se chegar à identificação ou descoberta

do fato quando, então, se define a natureza do problema e as finalidades da ação, a fim de que o agir tenha uma base objetiva e eficaz e os agentes obtenham resultados satisfatórios. (LEWIN 1947; apud CHIZZOTTI, 2006, p. 81).

Essa técnica metodológica será fundamental para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, pois através dela será possível uma intervenção sobre quais as políticas mais eficazes para acabar com a situação de precariedade no setor do ensino público básico da Guiné-Bissau.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, Augusto Gomes; revista eletrônica FNSA “diálogos acadêmicos”. Fraco desempenho dos estudantes no ensino superior na Guiné-Bissau; **A herança do ensino básico v.07. (ISSN:0486-6266), Julho-dezembro, 2014.**
- BENAVENTE, et al, **renunciar a escola- o abandono escolar no ensino básico.** 1994, pag. 12.
- FLICK, Uwe. Triangulação na pesquisa qualitativa. **Um companheiro da pesquisa qualitativa** , v. 3, p. 178-183, 2004.
- FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paideia (Ribeirão Preto)**, v. 14, p. 139-152, 2004.
- GIL, Carlos António. **Como elaborar projetos de pesquisa.** – 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2004.
- Lewin (1947) apud CHIZZOTTI, António. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Rio de Janeiro: Petrópolis, 2006.
- LOPES, Catarina. **Participação das populações locais no desenvolvimento da educação: caso de estudo, escolas comunitárias da região de Bafatá. Guiné-Bissau de 2004-2006.** Dissertação do mestrado. P.55, (Instituto superior de ciências do trabalho e da empresa), dezembro. 2017.
- MARIA Odete da Costa Semedo. **Educação como direito**, 2011.
- MINISTÉRIO da educação e ensino superior. **Documento plano setorial da educação (2017-2025).** Julho, 2017.
- MINISTÉRIO da educação nacional, cultura, ciência, juventude e dos desportos. **Lei de bases do sistema educativo.** Maio,2010
- MONTEIRO, João José Huco, **A Educação na Guiné Bissau**, Bases para uma estratégia sectorial renovada. Junho, 2015.
- PASCUAL, Jorge Sampa. **Desafios e possibilidades para uma educação de qualidade, Campina Grande, vol. 1 ed. 4,** ISSN 23161086, Realize editora, 2015.
- REHDER, Maria, et al, dossiê da Guiné-Bissau ao brasil: **impactos da instabilidade política na manutenção dos princípios constitucionais para a educação.** Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 145, p.962-979, out.-dez., 2018
- Republica da Guiné-Bissau, Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos : **LEI DE BASE DO SISTEMA EDUCATIVO**, maio de 2010
- REVISTA temas em educação, **artigo; os desafios da educação na Guiné-Bissau**, 2008.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa (recursos eletrônico): estudo como as coisas funcionam**; tradução, Carla Reis; revista técnica, Nilda Jacks. Porto Alegre 2011

UNESCO. **Avaliação sumativa da iniciativa “escolas amigas das crianças (EAC)” na Guiné-Bissau (2011-2019). Relatório final. Guiné-Bissau.** Janeiro, 2020.

UNESCO. Em Guiné-Bissau, **o sistema educativo precisa em grande parte de ser construído. Guiné-Bissau**, novembro de 2016 – nota país 26.

UNICEF. Declaração mundial sobre a educação para todos (conferência de Jomtien 1990), Tailândia. Março, 1990.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Penso Editora, 2016.